**4ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL I - SANTANA – TJ/SP**

**EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça)** dos bens abaixo descritos, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **AUTO POSTO DELLA VIA LTDA (CNPJ/MF Nº 04.037.098/0001-02), VAGNER CECILIO (CPF/MF Nº 665.580.778-68),** e seu cônjuge **MARIA ALICE MARQUES CECILIO (CPF/MF Nº 003.401.868-95),** ora executada; dos coproprietários: **WILSON DA SILVA FARIAS (CPF/MF Nº 046.118.578-40), FRANCINALDA BARBOSA FARIA (CPF/MF Nº 082.592.888-50), VILMA APARECIDA DAMIÃO SANTANA (CPF/MF Nº 009.855.618-58), THIAGO DAMIÃO SANTANA (CPF/MF Nº 327.116.068-64)** e **GABRIELA DAMIÃO SANTANA (CPF/MF Nº 333.515.318-93)**; do terceiro interessado: **SÃO CECILIO ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA (CNPJ/MF Nº 21.028.797/0001-27),** bem como da credora: **DEBORAH APARECIDA RODRIGUES VIEIRA (CPF/MF Nº 404.485.278-20).**

A MM. Juíza de Direito Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz, da 4ª Vara Cível – Foro Regional I – Santana, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação Renovatória de Locação em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **RONALDO LACAVA (CPF/MF Nº 227.985.268-20)** e **SANDARA MARIA CUNHA LACAVA (CPF/MF Nº 125.801.318-50)** em face de **AUTO POSTO DELLA VIA LTDA (CNPJ/MF Nº 04.037.098/0001-02), VAGNER CECILIO (CPF/MF Nº 665.580.778-68)** e **MARIA ALICE MARQUES CECILIO (CPF/MF Nº 003.401.868-95),** nos autos do **Processo nº 0011652-21.2017.8.26.0001** (Processo Principal nº 0011166-46.2011.8.26.0001), e foi designada a venda dos bens descritos abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

**01 - BENS:** **LOTE 01 - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Feliciano Sodré, s/n, Vila Nova Galvão, São Paulo/SP – CEP: 02281-150 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um terreno situado na Rua Feliciano Sodré, lote 66 da quadra 4, com 418m² de área (total) da planta particular, na Vila Nova Galvão, no bairro do Jaçanã, no 22º Subdistrito Tucuruvi, medindo 8 metros de frente, por 19,30 metros da frente aos fundos, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel na confrontação com o lote 65; 26 metros do lado esquerdo, na confrontação com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; tendo nos fundos a largura de 17 metros, na confrontação com propriedade de Jose Debieux, encerrando a área de 418m².

**DADOS DO IMÓVEL**

| | | |
|---|---|---|
| **Inscrição Municipal n°** | 198.128.0039-4 | |
| **Matrícula Imobiliária n°** | 163.502 | 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP |

**ÔNUS**

| Registro | Data | Ato | Processo/Origem Ato | Credores |
|---|---|---|---|---|
| **Av. 03** | 22/06/2020 | Penhora Exequenda | Proc. nº 0011652-21.2017.8.26.0001 | Ronaldo Lacava e Sandara Maria Cunha Lacava |
| **Av. 04** | 26/09/2025 | Indisponibilidade de Bens | Proc. nº *0002017-69.2015.5.02.0012* | Deborah Aparecida Rodrigues Vieira |

**VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R$ 351.000,00 (Abr/2023 – Laudo de Avaliação às fls. 435/485 – Homologação às fls. 508/509).
**VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO**: R$ 390.095,98 (Dez/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

**DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** Não há débitos até a data de confecção deste edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

**LOTE 02** - **LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua Feliciano Sodré, s/n, Vila Nova Galvão, São Paulo/SP – CEP: 02281-150 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Um terreno designado por área 2, com 20.420,51m² de área (total), localizado na Vila Rosália, 22º Subdistrito Tucuruvi, parte da área 1, denominada parque com eucaliptos, lotes 26 a 33 da quadra 11, lotes 1 a 13 da quadra 41, lotes 1 a 11 e parte do lote 12 da quadra 44, mais sobra de área entre a adutora e os fundos dos lotes da quadra 44. Imóvel georreferenciado conforme descrição da correspondente Matrícula Imobiliária.

**DADOS DO IMÓVEL**

| | | |
|---|---|---|
| **Incra n°** | 950.157.544.256-2 | |
| **Matrícula Imobiliária n°** | 171.443 | 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP |

**ÔNUS**

| Registro | Data | Ato | Processo/Origem Ato | Credores |
|---|---|---|---|---|
| **Av. 09** | 22/06/2020 | Penhora Exequenda | Proc. nº 0011652-21.2017.8.26.0001 | Ronaldo Lacava e Sandara Maria Cunha Lacava |

**VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL:** R$ 17.153.228,00 (Abr/2023 – Laudo de Avaliação às fls. 435/485 – Homologação às fls. 508/509).
**VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO**: R$ 19.063.832,54 (Dez/2025). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

**DÉBITOS TRIBUTÁRIOS:** Eventuais débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Parágrafo Único, Código Tributário Nacional).

**OBSERVAÇÕES PARA TODOS OS LOTES:**

**OBS. 01:** Foi declarada a frade à execução referente a transmissão realizada pelos executados e coproprietários dos bens em favor de São Cecilio Administração De Bens Próprios Ltda, registrada sob nºs 2 e 8 nas Matrículas imobiliárias.

**OBS.02**: Os executados impugnaram o Cumprimento de Sentença, objetivando o reconhecimento de excesso à execução, sob o argumento de que os cálculos apresentados pelos exequentes estão em desconformidade com a sentença. A impugnação não foi acolhida (Fls. 79/80). Da decisão não houve recurso.

**OBS.03**: Os executados impugnaram o valor de avaliação, objetivando uma nova avaliação do bem, sob o argumento de que supostamente o Ilmo. Perito avaliou infimamente o imóvel. A impugnação não foi acolhida e a avaliação foi homologada (Decisão de fls. 508/509). Houve a interposição de Agravo de Instrumento (nº 2334339-72.2023.8.26.0000), e em sede recursal a r. Decisão foi mantida. Trânsito em julgado em 26.04.2024.

**OBS. 04:** Os lotes poderão ser arrematados individualmente ou em conjunto.

**VALOR DE AVALIAÇÃO DE TODOS OS LOTES:** R$ 17.504.228 (Abr/2023 – Laudo de Avaliação às fls. 435/485 – Homologação às fls. 508/509).
**VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO DE TODOS OS LOTES:** R$ 19.453.928,52 (Dez/2025).

**DÉBITO EXEQUENDO:** R$ 1.105.426,37 (Dez/2025 – Fls. 1.180/1.181).

**02 – DATAS:** A 1ª Praça terá início no dia **20 de março de 2026, às 14 horas, e se encerrará no dia 23 de março de 2026, às 14 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 23 de março de 2026, às 14 horas, e se encerrará em 14 de abril de 2026, às 14 horas.**

**03 – CONDIÇÕES DE VENDA:** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

**04 - LEILOEIRO:** O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob n° 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ).

**05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO:** Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

**06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE:** Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

**07 – QUOTA-PARTE:** Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

**08 – PAGAMENTO:** O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

**09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO:** O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

**10 – FRAUDE EM LEILÃO:** Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lanços imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

**11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução n° 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

**12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS:** O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (Decisão de fls. 925/927), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

**13 – PLURALIDADE DE CREDORES:** Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1°, do CPC).

**14 – PRORROGAÇÃO:** O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de "Repasse", nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

**15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATAÇÃO:** A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

**16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM:** A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos temos do artigo 1.228 do Código Civil.

**17 – VENDA DIRETA:** Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM n° 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 03 deste Edital.

**18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Curupacê, n° 260, Mooca - CEP 03120-010 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.

**19 – PUBLICAÇÃO:** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 19 de dezembro de 2025.

Eu, _____, escrevente, digitei.
Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

**DRA. FERNANDA DE CARVALHO QUEIROZ**
**JUÍZA DE DIREITO**

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis